

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA

Emanoel Rodrigues Almeida

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8706541320278258>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9787-085>
E-mail: emanoel.almeida@ifce.edu.br

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
Professor do Centro Universitário Vale do Salgado e da Universidade Estadual do Ceará
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7558385171856580>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>
E-mail: tadeulucaslf@gmail.com

Artigo de Revisão

Recebido em: 15 de Dezembro de 2021

Aceito em: 13 de Abril de 2022

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é compreender a natureza da subjetividade humana. Os objetivos específicos são: 1) demonstrar a relação entre existência/objetividade e consciência/subjetividade no ser social; 2) apresentar como essa relação entre objetividade e subjetividade é alterada como a entrada da propriedade privada no ser social e 3) analisar os projetos de psicologias decorrentes das contradições antagônicas entre objetividade e subjetividade no capitalismo. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa fundada no materialismo histórico e dialético ancorada nas contribuições dos seguintes teóricos: Marx (1985), Lukács (2012, 2013), Tonet (2013), Lane (1989), entre outros. Espera-se compreender a gênese e o desenvolvimento da subjetividade humana a partir das práxis psicológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetividade; Objetividade; Psicologia.

OBJECTIVITY AND SUBJECTIVITY: GENESIS AND DEVELOPMENT OF PSYCHOLOGY

ABSTRACT

The overall objective of this study is to understand the nature of human subjectivity. The specific objectives are: 1) to demonstrate the relationship between existence/objectivity and consciousness/subjectivity in the social being; 2) to present how this relationship between objectivity and subjectivity is altered as the entry of private property into the social being

and 3) to analyze the projects of psychogings resulting from the antagonistic contradictions between objectivity and subjectivity in capitalism. In methodological terms, it is a research based on historical and dialectical materialism anchored in the contributions of the following theorists: Marx (1985), Lukács (2012, 2013), Tonet (2013), Lane (1989), among others. It is expected to understand the genesis and development of human subjectivity from psychological praxis.

KEYWORDS: Subjectivity; Objectivity; Psychology.

INTRODUÇÃO

Se nossa meta é atingir o indivíduo concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social, temos de partir do empírico e, através de análises sucessivas nos aprofundarmos, além do aparente, em direção a esse concreto, e para tanto necessitamos de categorias que a partir do empírico nos levem ao processo subjacente e à real compreensão do Indivíduo estudado (LANE, 1989, p. 12)

De acordo com Lukács (2013), o ser é constituído por três esferas ontológicas: a inorgânica, a orgânica e a social. A existência das esferas inorgânica e orgânica é muito anterior ao surgimento da esfera social do ser. A existência é anterior à consciência, por isso a determina.

A essência da esfera inorgânica é o incessante tornar-se outro mineral. Seu processo de transformação, sua evolução, nada mais é senão um movimento pelo qual algo se transforma em um outro algo distinto. A pedra se converte em terra, etc. Já a essência da esfera orgânica/biológica é o repor o mesmo da reprodução da vida. Sua evolução se caracteriza pela reprodução do mesmo de acordo com Lessa (2007).

Embora tenha sua base ontológica na natureza inorgânica e orgânica, o ser social se afasta dessa base e se caracteriza pela constante produção do novo, através do processo do trabalho. Isso porque, diferente dos animais biológicos/orgânicos, o ser humano é capaz de idealizar as objetivações antes de objetivá-las.

Esse processo de planejamento antecipado ocorre na esfera social graças ao momento da consciência/subjectividade presente no ser humano. Assim, além de ser um produto tardio, a consciência somente se realiza sob a determinação da existência, da objetividade.

Dessa forma, embora haja uma relação de reciprocidade entre a existência e a consciência, é a existência que determina, em última instância, a consciência humana.

Na tradição marxista, a humanidade produz a sua existência material através do processo do trabalho. Através dele, a humanidade transforma a natureza física e sua própria

natureza social, sua subjetividade, sua consciência. A forma como a humanidade produz a sua existência determina a forma de consciência ou subjetividade humana. Ao longo da história da humanidade, o ser humano tem procurado compreender a natureza da subjetividade humana. Como é produzida a subjetividade humana, como os processos mentais são formados?

Para responder à questão acima, o objetivo geral deste estudo é compreender a natureza da subjetividade humana. Os objetivos específicos são: 1) demonstrar a relação entre existência/objetividade e consciência/subjetividade no ser social; 2) apresentar como essa relação entre objetividade e subjetividade é alterada com a entrada da propriedade privada no ser social e 3) analisar os projetos de psicologias decorrentes das contradições antagônicas entre objetividade e subjetividade no capitalismo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo da proposição feita por Marx de que não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência, tem-se que o movimento do ser determina necessariamente o movimento do pesquisador. A esse respeito discorre Tonet:

[...] o ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto, vale dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto. Neste sentido, não cabe ao sujeito criar teoricamente o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto. TONET, 2013. p.15.

Dessa forma, a presente investigação estará ancorada no movimento real das relações de determinações recíprocas entre objetividade e subjetividade. Por essas razões, a pesquisa será realizada baseada no materialismo histórico e dialético, utilizando-se da fundamentação teórica dos seguintes autores: MARX (1985), LUKÁCS (2012, 2013), TONET (2013), LANE (1989), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A RELAÇÃO ENTRE EXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA

Já afirmamos, no início desse estudo, que a consciência é um produto tardio, ou seja, ela surgiu recentemente na história do ser. Tanto a esfera orgânica quanto a inorgânica tiveram seu desenvolvimento a partir de uma existência muda. Ontologicamente, a existência é anterior à consciência na história do ser.

Foi na passagem da forma orgânica à social que a consciência passou a se realizar

no ser. Um determinado ser biológico, depois de ininterruptas e incessantes tentativas, conseguiu dar um salto ontológico de sua forma biológica à forma social, dando origem à humanidade.

Esse salto ontológico Lukács (2013) o denominou de trabalho, o qual consiste na síntese dialética entre dois momentos: a causalidade e a teleologia. O resultado dessa síntese é a transformação da natureza física através das novas objetivações, assim como a transformação da natureza social, da consciência do ser humano, através do processo de exteriorização.

A causalidade é o conjunto das objetividades encontradas nas diversas formas do ser. Através do processo do trabalho, o ser humano transforma as causalidades dadas pelas naturezas inorgânica e orgânica em causalidades postas. Antes de operar essa transformação na causalidade, o ser humano realiza um processo de ideação, ou seja, ele constrói em sua consciência o resultado do processo do trabalho antes de objetivá-lo. Esse planejamento antecipado é dominado de teleologia.

De acordo com Tertulian (2009), o processo teleológico pode ser elaborado a partir da *intentio recta* (orientação à realidade em sua autonomia ontológica) ou da *intentio obliqua* (atenção dirigida à reflexividade da consciência). O momento teleológico é determinado pela causalidade, no entanto, somente se realiza graças à consciência, agora presente nessa forma do ser. Tanto no salto, quanto no estágio mais primitivo do ser social estavam presentes a causalidade e a teleologia. Ou seja, a relação entre existência e consciência sempre esteve presente no gênero humano, tanto em sua gênese quanto em seu desenvolvimento.

Graças ao desenvolvimento da relação dialética entre a existência e a consciência, a humanidade se diferencia e se afasta da natureza inorgânica e orgânica, produzindo sua própria existência material e espiritual. Diferente dos demais seres biológicos, o homem é o único ser capaz de produzir sua própria existência: alimentação, segurança, educação, etc.

A produção da existência material tanto na gênese quanto no desenvolvimento do ser social determina a consciência, a subjetividade do ser humano, de acordo com Marx (1985). Isso significa que a subjetividade humana é uma expressão da forma como a humanidade produz a sua existência. A consciência é um reflexo da existência. Cada momento histórico produz um tipo de subjetividade. Nesse sentido pode-se dizer que a subjetividade tem um caráter, uma base objetiva.

Em função dessa determinação material, a consciência guarda uma relação de dependência ontológica com a existência. Ou seja, a consciência é chamada a produzir ideias, pensamentos de modo a justificar, a alimentar aquela específica forma de produzir a

existência material.

Todavia, a consciência não é igual a existência, assim como a subjetividade não pode ser igualada à objetividade. Nesse sentido, a consciência mantém uma certa autonomia, mesmo que pequena e relativa em relação à existência material. Por essa razão, a subjetividade é capaz de produzir pensamentos, processos mentais para além daquela forma específica da existência material, da objetividade. Com isso pode-se dizer que a consciência, a subjetividade é um reflexo ativo da existência, da objetividade. A subjetividade não é um processo mecânico decorrente da objetividade, da existência humana.

Determinação material da existência, dependência ontológica e autonomia relativa da consciência são momentos que apontam para uma ininterrupta relação de reciprocidade entre a existência e a consciência, a objetividade e a subjetividade.

Assim, a compreensão dos fenômenos subjetivos, mentais deve ser encontrada na relação dialética entre existência e consciência, objetividade e subjetividade. Quando a humanidade altera a forma de produzir a sua existência, ontologicamente ocorrem mudanças na subjetividade humana.

Se observarmos o modo de produção primitivo percebemos que a humanidade produziu sua existência de forma comunal, coletiva. Essa forma comunal de produzir os bens materiais determinava a constituição de uma subjetividade socialmente comunitária. Nesse contexto, a subjetividade do ser humano era constituída predominantemente por ideias, por pensamentos coletivos. A subjetividade singular do homem e da mulher expressava a particularidade da totalidade do modo de produção primitivo.

Apesar da produção se realizar na forma comunal do trabalho, havia conflitos entre indivíduo e sociedade. Às vezes os interesses individuais entravam em oposição, contradição com os interesses comunitários da sociedade. Esses conflitos materiais se expressavam também em conflitos subjetivos, mentais. Como foi afirmado acima, a subjetividade goza de uma autonomia relativa em relação à objetividade. Por isso, em alguns momentos, certos indivíduos produziam ideias, processos mentais contrários à forma de comunhão de produção da existência. Esses processos mentais apontavam para uma existência privada, algo que entrava em contradição com a forma comunal de produção da existência. Evidentemente, o predomínio da existência comunal determinava a subjetividade e acabava por resolver esses conflitos que ocorriam na subjetividade de alguns indivíduos.

Considerando que o processo de produzir a existência, especialmente o processo do trabalho, era baseado em um fraco desenvolvimento das forças produtivas, das causalidades dadas, a consciência que se realizava no ser humano nesse estágio de

desenvolvimento da humanidade era bastante rude, produzindo formas de subjetividades elementares.

Em função do alto grau de dependência e aproximação do ser humano à esfera inorgânica e orgânica da natureza, a consciência produzida no modo de produção primitivo tinha um caráter mítico, conforme Reale (1990). A compreensão da relação entre a existência e a consciência era realizada recorrendo-se às forças místicas, transcendentais. A subjetividade, os processos mentais eram compreendidos a partir da transcendência da existência e consciência. Tratava-se, portanto, de uma consciência mítica.

Foi com o desenvolvimento da produção da existência que a consciência humana foi posta em movimento, complexificando cada vez mais a subjetividade, os processos mentais, etc. No entanto, a maior parte do tempo da humanidade, a relação entre existência e consciência foi determinada por uma forma comunal de produzir a existência. Nesse período, a subjetividade humana, uma vez brotada da existência comunal, exalava todas as consequências da vida comunal.

Todavia, quando a produção da existência, a partir do excedente, criou a propriedade privada, a humanidade passou a produzir sua existência de forma privada; o ser humano passou a produzir sua vida às costas uns para com os outros. Esse processo implicou em sérias consequências para a subjetividade humana.

EXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA PRIVADAS

Em função da propriedade comunal, no modo de produção primitivo, a humanidade produziu sua existência enquanto produtores livres. A produção comunal determinava uma forma comunal de consciência, uma subjetividade humana de homens e mulheres livres.

A entrada da propriedade privada no interior do ser social trouxe consequências ontológicas para a produção da existência e da consciência do ser humano. Por conta da propriedade privada, a produção da existência passou a ter um caráter privado. De homens e mulheres livres, a produção passou a se realizar através de produtores privados. A forma privada de produzir a existência subsumiu a forma comunal de produção da existência, fazendo surgir uma duplicidade de subjetividades com um caráter privado e antagônico.

A primeira forma privada de produção da existência se realizou através do modo de produção escravista, atravessou o modo de produção feudal até chegar ao modo de produção capitalista. O desenvolvimento da produção da existência, através dos modos de produção descritos acima, se realizou por meio de um processo de antagonismo e desigualdade entre os seres humanos.

No escravismo, a produção privada da existência determinou o surgimento de subjetividades privadas e antagônicas, a saber: o senhor e o escravo. Em função dessa determinação, essas formas de subjetividades mantinham uma dependência ontológica com a escravidão e por essa razão o senhor de escravo assim como a maioria dos escravos desenvolveram uma subjetividade que justificava a escravidão.

A república¹ de Platão é uma expressão dessa dependência da subjetividade do senhor de escravo à produção escravista. Nela, Platão elabora um ideal de sociedade na qual as relações entre senhor de escravo e escravos são justificadas. Para Platão, a produção da existência baseada no trabalho escravo, assim como as formas de subjetividades decorrentes da escravidão, eram determinadas pelo mundo das ideias. Tais ideias organizavam e determinavam a forma privada de produção que se realizava através da escravidão.

Diferente de Platão, Aristóteles afirmava que a produção da existência assim como as formas de subjetividades era determinada pela essência dos seres. Apesar de ser diferente de Platão, a subjetividade em Aristóteles, por ser determinada pela escravidão, mantinha uma relação de dependência com ela na medida em que continuou produzindo ideias que justificavam a escravidão.

Embora o senhor de escravo e o escravo tivessem subjetividades desigual e antagônica, essas formas de subjetividades representaram um significativo desenvolvimento da consciência, se comparadas com a subjetividade mítica, própria do modo de produção primitivo. Essas formas de subjetividade representavam as primeiras tentativas de compreender racionalmente o mundo. Sem dúvida, a consciência ou subjetividade racional eram decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas que ocorreu no modo de produção escravista, comparando-se com o modo de produção primitivo. O desenvolvimento material determinou o desenvolvimento no campo da subjetividade, tornando-a mais complexa e racional.

Em função do desenvolvimento dialético da existência/objetividade e consciência/subjetividade, o modo de produção escravista aos poucos foi arruinado e subsumido pelo modo de produção feudal. Essa forma privada de produção da existência, baseada nas relações feudais, determinou, fazendo surgir as subjetividades antagônicas do senhor e do servo.

A expressão da dependência ontológica dessas subjetividades ao feudalismo foi

¹Uma das obras de Platão, na qual ele faz uma exposição de suas ideias políticas, filosóficas, uma espécie de utopia social.

Santo Agostinho e Tomás de Aquino². Guardadas as diferenças entre eles, ambos justificaram o feudalismo na medida em que atribuíam à ordem feudal a uma determinação transcendental. Para eles, a subjetividade do senhor feudal assim como a do servo eram imutáveis, decorrentes da vontade divina.

Das entranhas do feudalismo, brotou uma nova forma de produzir a existência material e com ela ocorreram profundas mudanças na subjetividade humana: o capitalismo. Nessa forma de produção da existência, a subjetividade assume um caráter privado cada vez maior e complexificado.

PROJETOS DE PSICOLOGIAS E CAPITALISMO

O modo de produção capitalista é a forma mais desenvolvida e complexa do ser social: tanto a produção da existência material quanto a consciência/subjetividade humana desenvolveram-se e alcançaram um grau de complexidade nunca visto na história da humanidade, conforme Marx (1985).

A produção da existência no capitalismo é baseada na propriedade privada, denominada por Marx de mercadorias. Os seres humanos comparecem no processo de produção da existência como proprietários de mercadorias: capital e força de trabalho, respectivamente. O capital se personifica no capitalista, definindo sua subjetividade, assim como a força de trabalho se personifica no trabalhador assalariado. A produção da existência material, a relação dialética entre as mercadorias, determina as relações subjetivas entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados.

De acordo com Hobsbawm (1977) a produção da existência, a relação do homem com a natureza foi profundamente alterada no capitalismo. Superado o caráter transcendental e metafísico da produção material, a humanidade compreendeu que ela era o sujeito do processo de produção de sua existência. A contemplação, própria da atividade científica do feudalismo, deu lugar à experimentação e à observação como método científico. Ao colocar o homem como autor da história, o capitalismo deslocou o centro da objetividade para a subjetividade como determinação para compreender tanto a produção da existência material quanto a consciência, os processos mentais, etc.

As alterações na estrutura da produção material produziram alterações na superestrutura da vida fazendo nascer novas ciências, como a sociologia e a psicologia, etc. Essas ciências nasceram coladas no capitalismo, por isso expressavam todas as contradições

²Agostinho e Aquino são uma expressão, no campo das ideias, da vida real do modo de produção feudal.

dele. Em sua gênese, a psicologia inicia-se muito dependente da filosofia e, em seu desenvolvimento, torna-se uma ciência autônoma.

Na medida em que a burguesia dominava a produção material, aos poucos ela foi dominando a forma como se compreendia a consciência, a subjetividade humana. A burguesia utilizou-se da observação, da experiência para combater os senhores feudais que se utilizavam da contemplação, da metafísica para lidar com a natureza física e social. Quanto mais a burguesia dominava a natureza física e social mais ela arruinava os senhores feudais e se estabelecia como classe dominante.

Foi nesse processo de progressivo domínio da burguesia que se deu a gênese da psicologia. A observação, a experiência, próprias do empreendedorismo científico das ciências da natureza, tornou-se também parte do método científico das ciências do espírito, como a psicologia.

Psicologia experimental

A primeira tentativa de esboçar a psicologia como ciência ocorreu na Europa, mais precisamente na Alemanha, denominada de psicologia experimental. Se considerarmos o contexto de progressiva ascensão da burguesia, a Alemanha foi um dos países que demorou superar as condições feudais. De fato, na Alemanha não houve uma ruptura com os interesses da classe dominante da sociedade feudal, mas uma aliança que conservou os traços do feudalismo.

Por conta do atraso no campo da produção da existência material, a Alemanha apresentava profundas limitações no campo da consciência, da subjetividade, no século XVIII. Ancorada na tradição racionalista, acreditava que o desenvolvimento seria impulsionado, em última instância, pelo uso da razão.

Em linhas gerais, a psicologia experimental expressava as condições materiais e espirituais da progressiva ascensão das relações entre capitalistas (burguesia) e trabalhadores assalariados. A síntese entre o empirismo e o racionalismo utilizada para transformar a natureza física, passou a ser usada para compreender e transformar a natureza subjetiva.

Pela primeira vez, a humanidade submetia a subjetividade humana à investigação através da experiência, da observação. Isso representou um grande avanço na compreensão dos fenômenos mentais uma vez que os deslocava da transcendência, da metafísica especulativa para a vida real.

Um dos principais expoentes da psicologia experimental foi ilhelm Maximilian Wundt. De acordo com Figueiredo & Santi, (2000). Wundt propôs duas psicologias distintas:

Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS

Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC | ISSN: 2595-0959

Icó-Ceará | v.5 | n.2 | p. 186 - 199 | Maio-Ago | 2022

(a) uma psicologia individual (que estuda os processos básicos e fisiológicos mediante o método experimental) e uma psicologia social (estuda as formas superiores de consciência recorrendo à antropologia e a filologia

As elaborações teóricas de Wundt expressavam as limitações do capitalismo em ascensão, especialmente no campo das ideias. Ele foi um profundo devedor da filosofia de Immanuel Kant o qual tentou fazer uma síntese do empirismo inglês com o racionalismo francês. Ao indicar os limites do empirismo e do racionalismo, Kant acreditava que a vida devia ser compreendida e ordenada através de imperativos categóricos, leis universais que deveriam orientar e julgar a ação e o pensamento dos indivíduos particulares.

Nessa concepção, a psicologia não podia conhecer o homem em si, a sua essência, mas apenas o fenômeno. Em última instância, embora o fenômeno estivesse relacionado à experiência individual, ele era um produto da razão, das leis universais que orientavam a práxis psicológica. Nesse sentido, a psicologia experimental tinha um caráter transcendental, uma vez que não tinha como pressuposto o indivíduo em si, mas os imperativos categóricos universais elaborados pela razão.

Em grande parte, essa dificuldade da psicologia de compreender a subjetividade em si ocorreu em função do deslocamento da centralidade da objetividade para a subjetividade no capitalismo, conforme Tonet (2013). A burguesia passou a negar a totalidade social, a dialética e em seu lugar privilegiou a subjetividade, a imediaticidade, tornando-se incapaz de compreender os objetos ou mesmo a subjetividade humana como entes em si. De fato, essa compreensão não seria possível, porque uma vez ela sendo realizada, os processos mentais seriam vistos como expressão da contradição antagônica entre os capitalistas (burguesia) e os trabalhadores assalariados.

A psicologia norte-americana: o behaviorismo e o humanismo

A consolidação do capitalismo representou o domínio da burguesia como classe. Uma vez consolidada, essa classe passa a defender a totalidade social. Para a burguesia do século XIX, os conflitos que ocorriam nesse estágio do capitalismo, tanto na produção da existência material quanto na subjetividade humana, não tinham um caráter social, mas natural. Assim, de classe revolucionária, a burguesia torna-se reacionária.

Com o fim da segunda guerra mundial, os Estados Unidos torna-se o centro da produção da existência material e assume a frente do imperialismo capitalista, até então sob o domínio da Europa. Já afirmamos aqui, que há uma relação de correspondência recíproca entre a produção da existência e a consciência. Nesse sentido, os Estados Unidos passam a

ser o grande produtor de ideias. É dessa forma que o predomínio da práxis psicológica desloca-se da Europa para os Estados Unidos, exalando todas as consequências ontológicas do capitalismo norte-americano.

A psicologia experimental representou um grande avanço no processo de compreensão dos fenômenos mentais, atribuindo-lhes um caráter universal. Diferente, a psicologia norte-americana abandonou as elaborações teóricas de Wundt fundadas especialmente em Kant e passa a ser determinada por um positivismo vulgar, com uma preocupação extremamente utilitarista, pragmática

O positivismo parte do pressuposto que a sociedade é um organismo vivo que se movimenta determinado por leis naturais e eternas. Dessa forma, o comportamento humano é uma expressão das leis imutáveis que ordenam o ser humano. Os sofrimentos humanos são naturais e são decorrentes da determinação natural de leis imutáveis.

Assim como o estudo de qualquer outro organismo vivo, o ser humano pode ser compreendido apartado da totalidade social. Essa compreensão do homem deve ser realizada a partir de sua imediaticidade, daquilo que é observável, experimentado na superfície.

De acordo com Lane (1989, p. 15), assim procedendo, a ação do psicólogo torna-se conservadora, estatizante: “Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social”.

A expressão do positivismo vulgar no campo da psicologia se realizou através do behaviorismo e do humanismo, além de outros. Essas práxis psicológicas tornaram-se hegemônicas em função da hegemonia na produção da existência material que os Estados Unidos passaram a gozar no interior do ser social.

De acordo com Ratner (1971), o behaviorismo parte do pressuposto de que não é possível um conhecimento objetivo da subjetividade, busca a objetividade pela negação ou redução do papel do sujeito, reduzindo-o a um mero organismo constituído por um conjunto de reflexos resultantes de estímulos ambientais. Ocorre uma espécie de determinismo mecanicista: a subjetividade humana é um reflexo mecânico do meio ambiente. A negação da subjetividade em prol da objetividade é uma negação da própria objetividade, pois não há um mundo objetivo construído sem um indivíduo capaz de problematizá-lo, conforme Ratner (1971).

Opondo-se ao behaviorismo, o humanismo advoga em favor da subjetividade, negando a ação determinante da objetividade sobre o sujeito. O resgate da subjetividade sem

objetividade, proposto pelo humanismo é, em si, uma negação da subjetividade, pois a esvazia de conteúdo real, de acordo com Ratner (1971).

Ao priorizar um pólo em detrimento do outro, behaviorismo e humanismo não perceberam a relação dialética entre objetividade e subjetividade e assim ficaram impossibilitados de compreender a subjetividade humana, os processos mentais.

A psicologia soviética

Na Europa, o positivismo foi fortemente criticado, especialmente pela escola soviética (Leontiev, Luria, Vygotsky) que partia do pressuposto que o homem é um ser concreto, determinado historicamente.

De acordo com Lane (1989), “toda a psicologia é social”. Essa afirmação da autora decorre da compreensão que o ser humano é um ser social, historicamente determinado. Isso significa dizer que cada pessoa, cada indivíduo é um ser concreto, é uma expressão de uma totalidade histórica-social.

O indivíduo é resultado de um processo historicamente construído pela própria humanidade. A práxis do psicólogo deve pressupor que o indivíduo somente existe na relação com os outros; não existe uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, pelo contrário, o ser social é uma síntese dialética entre o indivíduo e a sociedade. O ser humano não nasce homem ele torna-se humano na medida em que se apropria da riqueza material e espiritual já produzida historicamente pelos homens através do trabalho.

A compreensão e intervenção no comportamento humano deve pressupor o homem como um ser social. Nesse sentido, a compreensão das causas do adoecimento psicológico não pode ser encontrada no indivíduo isolado, mas nas suas relações com a totalidade social em movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é a síntese dialética entre objetividade e subjetividade. Esta síntese está presente nele desde o salto que permitiu a passagem do ser orgânico ao ser social. Com o desenvolvimento do ser humano, esta síntese é posta em movimento, cada vez mais se complexificando.

A entrada da propriedade privada no interior da humanidade fez produzir um tipo de subjetividade privada: senhor de escravos e escravos, senhor e servos, capitalistas e trabalhadores assalariados.

A gênese da psicologia como ciência se dá no modo de produção capitalista, predominantemente no momento em que a burguesia deixa de ser classe revolucionária para ser classe reacionária. Tanto a psicologia experimental, sob a influência neokantiana, como a psicologia norte-americana (behaviorismo e humanismo), não percebeu a relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Como alternativa, a psicologia sócio-histórica é uma expressão da filosofia marxista no campo da psicologia. A partir dela, o ser humano é compreendido como um ser social, historicamente determinado. Essa perspectiva abriu as portas para uma compreensão do homem como uma totalidade concreta.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, L. C. M. & SANTI, P. L. R. **Psicologia, uma (nova) introdução**: Uma visão histórica da psicologia como ciência (2ª ed.). São Paulo: Educ.2000.

HOBBSAWN, E. J. **A era do capital**: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **Psicologia social**: o homem em movimento. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **O Capital, v.1**: Crítica da economia política. São Paulo: Cultural, 1985.

RATNER, C. **Principles of dialectical psychology**. Telos, 9, 83-109. 1971.

REALE, GIOVANNI. **História da filosofia**: Antigüidade e Idade Média. São Paulo: PAULUS, 1990.

TERTULIAN, Nicolas. **Sobre o método ontológico-genético em Filosofia PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 375-408, jul./dez. 2009.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia concreta do homem (1929)**. (Trad. A. Marenitch, L. C. de Freitas, A. Pino). **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 23-44, 2000.

COMO CITAR

ALMEIDA, E. R.; LAVOR FILHO, T. L. OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.5, n.2, 2022.